

## Diário nos bairros

### Buracos atrapalham acesso na Vila São José

Gabriel Miranda – estagiário

Diversas vias da cidade estão tomadas por buracos, e, em algumas, o problema se repete e permanece. É o caso da Vila São José, no Bingen, que está com diversos problemas por toda a extensão da via e, a cada dia que passa, a situação piora, dificultando ainda mais o acesso para os moradores do local.

Segundo informações dos residentes, diversos trechos estão no antigo paralelepípedo e é um risco para os pe-

destres por ser na faixa. “Infelizmente os buracos estão por toda a cidade, mas nesse local a situação cada vez fica mais evidente. Um absurdo a gente ter que ficar implorando autoridades para tomarem alguma atitude e ninguém fiscaliza. Imagina a situação que os bairros se encontram, faltam esses serviços para serem realizados e vemos poucas ações por parte dos responsáveis”, relatou um morador.

Procurada, a Prefeitura não respondeu até o fechamento desta edição.



MESMO com as caçambas, a população despeja o lixo fora

### Lixo é despejado de maneira irregular no Castelo São Manoel

Gabriel Miranda – estagiário

O despejo irregular de lixo e entulhos é um dos problemas que afetam aos moradores da cidade. Desta vez, os atos ocorrem na Rua 12, ou Estr. Manoel Walter Bechtluft, localizada no Castelo São Manoel. No local, existem duas lixeiras, porém, a população também tem descartado os lixos e entulhos, ao redor da lixeira.

Segundo informações dos moradores, dentre os resíduos é possível encontrar algumas folhagens, entulhos de obras e até mesmo estantes e outros móveis velhos. “O pessoal da COMDEP veio aqui, mas de uma semana pra cá trocaram a lixeira e jogaram o lixo todo no chão e até o dia de hoje não tiveram a coragem de vir limpar. Cachorros estão espalhando o lixo todo pela rua precisamos com urgência de uma solução. Todos os dias são despejados lixos e entulhos naquela região, tanto por pessoas da comunidade, como por pessoas de outros locais”, afirmou um

morador.

A COMDEP informou que vai acionar a empresa responsável para fazer o recolhimento do lixo. A companhia ainda ressaltou que fiscaliza a empresa responsável pela coleta de lixo no município, e informa que, em caso de descumprimento dos serviços firmados em contrato, será aplicada advertência ou multa à empresa.

Além disso, a Companhia também vai fazer uma vistoria no local para avaliar a necessidade da instalação de mais um contêiner no local. A Comdep resalta ainda que o descarte irregular de entulho em área pública tem sido um dos principais desafios enfrentados pela Companhia. Os pontos de despejo ilegal tem se multiplicado em calçadas, esquinas, terrenos baldios e praças da cidade. Para fazer o descarte correto e gratuito, basta ligar para o telefone 2243-7822 para agendar atendimento pelo Disque Entulho. O programa faz recolhimento de até 20 sacos, com até 25kg.

# Incêndio em garagem agrava problemas do transporte público

Setranspetro aponta algumas medidas que precisam ser efetivadas

Rogério Tosta, especial para o Diário

O incêndio na garagem da Petro Ita e Cascatinha, destruindo 48 ônibus que estavam em uso, enfatizou a crise no sistema público de transporte da cidade. Problema este que durante a pandemia verificou-se ser uma crise nacional, levando o Governo Federal a tomar medidas para subsidiar parte do sistema com os recursos para gratuidade dos idosos num total de R\$ 2,5 bilhões. Em Petrópolis, que também recebeu esse recurso no valor de mais de R\$ 4 milhões, uma das medidas foi a Lei Municipal Nº 8.209, DE 12 de dezembro de 2021, que criou o Vale Educação, durante o governo interino e pago pela atual administração municipal.

Apesar dessas medidas, a crise no transporte público da cidade está longe de ser resolvida se outras ações não forem tomadas. O Sindicato das Empresas de Transportes Rodoviários de Petrópolis (Setranspetro) aponta algumas medidas que precisam ser efetivadas, como a implantação de corredores e faixas exclusivas, para maior fluidez do transporte público coletivo e cumprimento de viagens, sem que o ônibus fique parado no mesmo congestionamento que centenas de veículos particulares.

**Toda sociedade precisa discutir o problema e a solução para a mobilidade**

Com a pandemia, mostrando que a crise no transporte público é nacional, o subsídio para financiar parte do sistema passou a ser defendido por especialistas e políticos, o que levou o Governo Federal a subsidiar a gratuidade dos idosos. Este é um tema defendido há muitos anos pelas empresas de ônibus, principalmente nas últimas décadas com o crescimento da gratuidade. Por não haver subsídio para financiar a gratuidade, o custeio do sistema de transporte era calculado apenas sobre o número de pagantes, o que eleva o valor da passagem e foi isso que levou o governo interino, do então prefeito, o vereador Hingo Hammes a criar o Vale Educação, sendo o primeiro subsídio de política pública municipal.

Na avaliação do Setranspetro, o subsídio público tem como objetivo garantir o equilíbrio dos contratos e impedir que o passageiro pagante seja o único responsável pelo custeio do setor. “No ano passado, inclusive, o pagamento do subsídio para a gratuidade dos idosos, promovida pelo Governo Federal, somado ao pagamento da gratuidade dos estudantes, através do Vale-Educação, certamente vão impactar positivamente para redução do preço final da passagem”, afirma em nota do Setranspetro.

O secretário estadual de Óleo, Gás, Energia e Indústria Naval do Rio de Janeiro, deputado fede-



O INCÊNDIO na garagem da Petro Ita e Cascatinha, destruindo ônibus, enfatizou a crise no sistema

ral Hugo Leal, durante a pandemia participou das discussões sobre a crise no transporte público. Naquele momento e ainda hoje, o deputado afirma que sem o subsídio não será possível manter o sistema funcionando, frisando que outra medida é fundamental “o poder público precisa ter o controle de toda operação, principalmente da bilhetagem eletrônica”.

Hugo Leal afirma que só a passagem não mantém o sistema funcionando, enfatizando que o controle da bilhetagem eletrônica, mais o planejamento, é possível saber certo quanto o poder público terá que subsidiar, pois fará apenas a parte que não é bancada pela passagem. “Sem o controle da bilhetagem, não é possível ter um gerenciamento público do sistema. O poder público precisa ter o controle do sistema, dar transparência às informações e fazer licitação para linhas onde as empresas não têm condições de atender”, frisou o deputado.

Para o presidente da Companhia Petropolitana de Transportes e Trânsito (CPTrans), Thiago Damaceno, o subsídio público para financiar o sistema é importante, mas não pode ser apenas uma das medidas. Na sua opinião “toda sociedade precisa discutir o problema e a solução tem que estar ligada a um projeto de mobilidade do município. Não vamos resolver o problema do transporte se não pensarmos na cidade que queremos, se vai prestigiar os carros ou o transporte público”.

“Sem o controle da bilhetagem, não é possível ter um gerenciamento público do sistema”

Enfrentando uma das maiores crises do sistema da última década, com um incêndio que destruiu cerca de 70 ônibus, sendo 48 em operação, cinco dias após ter assumido a presidência da CPTrans, Thiago Damaceno tem claro que o problema é muito maior, que outras modalidades de transporte precisam estar na pauta, citando a bicicleta e outros meios de transportes e defende que o “sistema precisa ser repensado

e discutido como um todo, não apenas a circulação dos ônibus, mas a mobilidade da cidade”.

Com relação ao Vale Educação, o presidente da CPTrans disse que ele estará na pauta de discussão com as empresas, para que se tenha metas a serem cumpridas, como ocorreu em 2022 e vinha dando certo. Sobre a bilhetagem eletrônica, que por lei deve passar para a CPTrans, Thiago Damaceno explicou que existe um processo, mas que não está concluído. Ele acredita que será possível sim a Companhia assumir todo o controle, falando sobre a atual capacidade de investimento da Prefeitura, com a recuperação econômica e investimento em tecnologia, mas no momento o foco é fazer com que o sistema de transporte funcione para que a população seja atendida.

### Audiência discute retomada do transporte

A retomada do transporte público integral de todas as linhas em Petrópolis vem sendo um grande desafio desde a pandemia, agravado agora com o incêndio destruindo 48 anos em operação. Para discutir esta retomada, a Comissão de Transporte Público e Mobilidade Urbana da Câmara Municipal, presidida pelo vereador Hingo Hammes, realiza no dia 5 de junho, às 18h, audiência pública com o tema “Plano de retorno do transporte público e coletivo de passageiros”. Para o vereador, a Prefeitura já deveria ter tomado medidas para garantir a integralidade das linhas, que hoje, apesar do aumento do número de viagens das empresas Petro Ita e Cascatinha, ainda continua deixando passageiros e bairros sem ônibus.

O presidente da CPTrans, Thiago Damaceno, destaca que desde o início, no primeiro dia do incêndio na garagem das duas empresas, a percepção foi que era uma crise imensa e complexa, entre outros fatores, pelos problemas que as empresas estavam enfrentando, inclusive com pedido de recuperação fiscal. “Percebemos que são empresas que ainda tem contrato e, sabemos que todas as medidas que a

Prefeitura poderia tomar, poderia ser um processo levar a brigas judiciais e que tornaria a solução mais demorada e complexa. Por isso, nossa intenção desde o primeiro momento foi agir como um gabinete de crise e dentro de um plano de contingência, fazendo com que a cidade sentisse o menos possível a catástrofe”, comentou Damaceno.

O Governo Municipal, segundo ele, entendeu que a solução viria a partir e de dentro do sistema, autorizando o Setranspetro a buscar todas as formas e soluções para trazer normalidade para o sistema. Thiago Damaceno disse que foi estabelecido metas e elas foram superadas na primeira semana, com a reposição de 24 ônibus em quatro dias, reconhecendo que não houve a mesma agilidade na semana seguinte, mas que está cobrando as empresas e “elas têm se mostrado interessadas em dar solução. Mas, como já disse, o problema é complexo”.

Para o presidente da Comissão de Transporte Público e Mobilidade da Câmara Municipal de Petrópolis, vereador Hingo Hammes, é fato que não há como atender a demanda em curto espaço de tempo. Mas, afirma que a cobrança feita por ele e por outros vereadores são sobre as “medidas do Poder Executivo, responsável pelas permissões a essas empresas e pela fiscalização do sistema. Qual é a proposta de solução? Em quanto tempo será possível retomar todas as linhas e, a partir daí, que outras medidas serão tomadas?”. Para o vereador, o Poder Executivo precisa tomar a frente no processo para o restabelecimento do serviço, sendo que a mesma cobrança é feita por outros vereadores e, principalmente, pela população.

O Sistema de Transporte Público por ônibus em Petrópolis, como afirma o Setranspetro e é reconhecida por vários segmentos da sociedade, enfrenta, há mais de uma década, uma grave crise econômica e financeira, comprovada por laudos técnicos e decisões judiciais, devido ao modelo de financiamento do transporte público, que até dezembro de 2022, tinha apenas o passageiro pagante como o único responsável por arcar com todos os custos.

PUBLICAÇÃO OFICIAL - 23/05/2023

## CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

EDITAL DIV. Nº 016/2023

O Presidente da Câmara Municipal de Petrópolis e o Presidente da Comissão de Defesa da Saúde, em cumprimento ao parágrafo 5º do artigo 36 da Lei Complementar nº 141/2012 e de acordo com o Processo ADM Nº 623/2023, COMUNICAM que será realizada a Audiência Pública para a demonstração e avaliação do Relatório da Saúde referente ao Primeiro Quadrimestre de 2023, pelo Poder Executivo Municipal, no dia 30 de maio de 2023, às 19h, no Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, conforme estabelece a Resolução nº 88/2016, Petrópolis, 11 de maio de 2023.

Júnior Coruja  
Presidente  
Dr. Mauro Peralta  
Presidente da Comissão de Defesa da Saúde

EDITAL DIV. Nº 017/2023

O Presidente da Câmara Municipal de Petrópolis e a Comissão de Finanças e Orçamento, no intuito de ampliar a participação popular e promover a transparência na gestão fiscal e, de acordo com o Processo ADM. Nº 629/2023, COMUNICAM que será realizada a Audiência Pública para a apresentação do Relatório de Gestão Fiscal do Primeiro Quadrimestre de 2023, pelo Poder Executivo, conforme estabelece a Resolução nº 88/2016, no dia 31 de maio de 2023, às 14h, no Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, nos termos do parágrafo 4º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101/2000.

11 de maio de 2023.  
Júnior Coruja  
Presidente  
Gil Magno  
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento